

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 50 (cinquenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Legislação do MDIC		Ética no Serviço Público		Conhecimentos de Direito e Legislação	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 15	2	16 a 20	1	21 a 25	1	26 a 30	1	31 a 50	2

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea “a” do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos “espaços em branco” possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea “c” do item 8.15. Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme item 8.15, alínea “d”, do edital.

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, que seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

d) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA REDAÇÃO É DE QUATRO (4) HORAS.**

15- Por motivo de segurança, a FUNRIO solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, no espaço próprio da Folha de Respostas, a frase abaixo apresentada.

"A moralidade é a melhor de todas as regras para orientar a humanidade."

(Friedrich Nietzsche)

*** Língua Portuguesa *****Questão 1**

A Semana de Arte Moderna ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922, tendo como objetivo mostrar as novas tendências artísticas que já vigoravam na Europa. Essa nova forma de expressão não foi compreendida pela elite paulista, que era influenciada pelas formas estéticas europeias mais conservadoras. O idealizador deste evento artístico e cultural foi o pintor Di Cavalcanti.

Segundo o que se depreende da leitura atenta do parágrafo acima, a elite paulista

- A) era influenciada pelas tendências artísticas que vigoravam na Europa na época da Semana de Arte Moderna.
- B) compreendia a nova forma de expressão artística como uma influência estética europeia pouco nacionalista.
- C) conservava o idealismo das formas estéticas europeias em vigor, mas não aceitava as ideias de Di Cavalcanti.
- D) preferia as formas estéticas mais conservadoras às novas tendências artísticas mostradas em São Paulo.
- E) defendia a ideia de que o Teatro Municipal era um espaço impróprio para mostrar tendências de vanguarda.

Questão 2

A Semana de Arte Moderna, na verdade, foi a explosão de ideias inovadoras que aboliam por completo a perfeição estética tão apreciada no século XIX. Os artistas brasileiros buscavam uma identidade própria e a liberdade de expressão; com esse propósito, experimentavam diferentes caminhos sem definir nenhum padrão. Isso culminou com a incompreensão e com a completa insatisfação de todos que foram assistir à apresentação do novo movimento. Logo na abertura, Manuel Bandeira, ao recitar seu poema *Os Sapos*, foi desaprovado pela plateia através de muitas vaias e gritos.

Sobre a última frase desse parágrafo, é correto afirmar que “Manuel Bandeira” e “Os Sapos” desempenham sintaticamente

- A) funções diferentes: apenas “Manuel Bandeira” é aposto.
- B) funções diferentes: apenas “Os Sapos” é um aposto.
- C) funções idênticas: ambos são apostos.
- D) funções idênticas: ambos são vocativos.
- E) funções semelhantes: ambos são termos integrantes.

Questão 3

Embora tenha sido alvo de muitas críticas, a Semana de Arte Moderna só foi adquirir sua real importância ao inserir suas ideias ao longo do tempo. O movimento modernista continuou a se expandir por divulgações através da Revista Antropofágica e da Revista Klaxon, e também por outras iniciativas, como o Movimento Pau-Brasil, o Grupo da Anta, o Verde-Amarelismo e o Movimento Antropofágico.

Sobre as palavras Pau-Brasil, Verde-Amarelismo e Antropofágico, que identificam três das iniciativas posteriores à Semana de Arte Moderna, é correto afirmar que

- A) apenas Pau-Brasil é um caso de formação regressiva.
- B) apenas Antropofágico é um caso de aglutinação.
- C) as três palavras são exemplos de composição.
- D) duas palavras são compostas e uma é derivada.
- E) as três palavras contêm combinações de radicais.

Questão 4

No Brasil, o descontentamento com o estilo anterior foi bem mais explorado no campo da literatura, com maior ênfase na poesia. Entre os escritores modernistas destacam-se: Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida e Manuel Bandeira. Na pintura, um dos nomes mais importantes foi o de Anita Malfatti, que realizou a primeira exposição modernista brasileira em 1917. Suas obras, influenciadas pelo cubismo, pelo expressionismo e pelo futurismo, escandalizaram a sociedade da época.

A partir do conteúdo dos parágrafos transcritos até aqui, é possível afirmar que

- A) a primeira exposição modernista brasileira precedeu a Semana de Arte Moderna.
- B) a Semana de Arte Moderna foi contemporânea da primeira exposição modernista brasileira.
- C) a primeira exposição modernista ocorreu posteriormente à Semana de Arte Moderna.
- D) a Semana de Arte Moderna e a primeira exposição modernista brasileira foram eventos sucessivos.
- E) a programação da Semana de Arte Moderna excluiu a pintura, que já havia feito sua exposição modernista.

Questão 5

Todo novo movimento artístico é uma ruptura com os padrões utilizados pelo anterior. Isso vale para todas as formas de expressão, seja a pintura, a literatura, a escultura, a música, etc. Ocorre que nem sempre o novo é bem aceito, o que foi bastante evidente no caso do Modernismo, que, a princípio, chocou por fugir completamente dos hábitos estéticos vigentes.

Os cinco parágrafos transcritos até aqui têm em comum o fato de todos eles tratarem da Semana de Arte Moderna e de se enquadrarem num tipo de texto que se pode classificar como

- A) descritivo.
- B) narrativo.
- C) literário.
- D) informativo.
- E) epistolar.

Questão 6

As obras de Anita Malfatti, influenciadas pelo cubismo, pelo expressionismo e pelo futurismo, escandalizaram a sociedade do seu tempo. O dicionário Houaiss nos dá a seguinte informação sobre a palavra cubismo: “estilo artístico e movimento iniciado na primeira década do século XX, em Paris, com base em obras de Georges Braque, Pablo Picasso e outros, tendo por princípio mais importante a substituição das representações do espaço tridimensional (e, portanto, da perspectiva) pela apreensão simultânea das diversas formas (decompostas e geometrizadas) que se observam dos muitos ângulos de contemplação dos motivos de uma obra.”

A definição do dicionário contém duas passagens colocadas entre parênteses, recurso textual que, neste caso, se explica pela

- A) intenção de apresentar opiniões do redator sobre o conteúdo imediatamente anterior.
- B) ênfase estilística do redator diante da pequena extensão de que dispõe para a definição.
- C) importância dessas palavras para melhorar a compreensão do leitor sobre o modernismo.
- D) necessidade de acrescentar dados considerados relevantes pelo redator.
- E) caracterização do verbete segundo os parâmetros normalmente adotados em dicionários.

Questão 7

São Paulo dos anos 20 era a cidade que melhor apresentava condições para a realização da Semana de Arte Moderna. Tratava-se de uma próspera metrópole, que recebia grande número de imigrantes europeus e modernizava-se rapidamente, com a implantação de indústrias e reurbanização.

A segunda frase desse parágrafo começa com um verbo seguido da partícula SE. A mesma estrutura sintática está repetida em

- A) Em terra de sapo, não se vê mosquito dando voos rasantes.
- B) Aquele casal estava muito animado depois da festa, fartando-se de rir.
- C) Perguntaram ao seu chefe por que você sempre se retirava mais cedo.
- D) No meu tempo não se precisava de atestado médico, bastava a palavra.
- E) Era um distraído, mas outro dia lembrou-se do aniversário do pai.

Questão 8

Logo após a realização da Semana, alguns artistas fundamentais que dela participaram acabaram voltando para a Europa ou indo para lá pela primeira vez, como Di Cavalcanti. Isso dificultou a continuidade do processo que se iniciara.

Quanto aos dois períodos construídos pelo redator do parágrafo acima, é correto afirmar que

- A) o segundo período tem a metade das orações do primeiro.
- B) o primeiro tem três orações e o segundo tem duas orações.
- C) apenas o primeiro contém oração iniciada por pronome relativo.
- D) apenas o segundo contém oração iniciada por pronome relativo.
- E) ambos são compostos por orações intercaladas justapostas.

Questão 9

Não resta dúvida, porém, de que a Semana integrou grandes personalidades da cultura na época e pode ser considerada importante marco do Modernismo Brasileiro, com sua intenção nitidamente antiacadêmica e introdução do país nas questões iniciais de um século que se revelaria tão produtivo nas artes em geral e na literatura em particular.

Na frase transcrita predominam os substantivos, como comprovam as opções abaixo, exceto

- A) época / marco.
- B) importante / produtivo.
- C) geral / particular.
- D) dúvida / introdução.
- E) século / artes.

Questão 10

Os jovens modernistas da Semana queriam a independência artística do Brasil e negavam, antes de mais nada, o academicismo nas artes.

A primeira oração da frase acima contém quantos dígrafos e quantos encontros consonantais?

- A) cinco dígrafos e oito encontros consonantais.
- B) quatro dígrafos e cinco encontros consonantais.
- C) um dígrafo e um encontro consonantal.
- D) três dígrafos e quatro encontros consonantais.
- E) seis dígrafos e nove encontros consonantais.

Questão 11

Os protagonistas da Semana de Arte Moderna, evento que dividiu a cultura brasileira, eram pessoas de seus 20 ou 30 anos, ligadas aos setores médio ou aristocrático da sociedade.

Assinale a única alternativa em que a reescritura de um trecho da frase acima gera ambiguidade em relação ao que foi originalmente escrito.

- A) Eram pessoas de seus 20 ou 30 anos os protagonistas da Semana de Arte Moderna, evento que dividiu a cultura brasileira.
- B) A Semana de Arte Moderna, evento que dividiu a cultura brasileira, teve pessoas de uns 20 ou 30 anos como seus protagonistas.
- C) Evento que dividiu a cultura brasileira, a Semana de Arte Moderna teve pessoas de uns 20 ou 30 anos como seus protagonistas.
- D) Foi a Semana de Arte Moderna um evento que dividiu a cultura brasileira, e seus protagonistas eram pessoas de uns 20 ou 30 anos.
- E) Os protagonistas da Semana de Arte Moderna, evento que a cultura brasileira dividiu, eram pessoas de seus 20 ou 30 anos.

Questão 12

Mário de Andrade diria mais tarde que faltou aos modernistas de 22 um maior empenho social, uma maior impregnação "com a angústia do tempo". Com efeito, os autores que organizaram a Semana colocaram a renovação estética acima de outras preocupações importantes. As questões da arte foram sempre remetidas para a esfera técnica e para os problemas da linguagem e da expressão. O principal inimigo eram as formas artísticas do passado.

Na construção das frases desse parágrafo alguns dos termos utilizados poderiam ser substituídos por pronomes pessoais que desempenhariam o mesmo papel gramatical do termo originalmente empregado. No caso específico de "faltou aos modernistas" e "colocaram a renovação estética", a substituição seria

- A) faltou a eles / colocaram-la.
- B) faltou-lhes / colocaram-na.
- C) faltou-os / colocaram-lhe.
- D) faltou-nos / colocá-lo-iam.
- E) faltou-se-lhes / colocaram a ela.

Questão 13

De qualquer maneira, a rebelião modernista destruiu o imobilismo cultural – que entravava as criações mais revolucionárias e complexas – e instaurou o império da experimentação, algo de indispensável para a fundação de uma arte verdadeiramente nacional.

Das formas verbais propostas abaixo como equivalentes de “instaurou”, a única que compromete o significado da passagem original é

- A) resgatou.
- B) introduziu.
- C) implantou.
- D) instalou.
- E) inaugurou.

Questão 14

Publicado na Revista Antropofagia (1928), o Manifesto Antropofágico propunha basicamente a devoração da cultura e das técnicas importadas e sua reelaboração com autonomia e originalidade, transformando o produto importado em exportável.

Três exemplos de palavras derivadas com algum afixo são

- A) manifesto, propunha e reelaboração.
- B) cultura, técnicas e transformando.
- C) importadas, originalidade e produto.
- D) basicamente, devoração e exportável.
- E) publicado, revista e autonomia.

Questão 15

O nome “Manifesto Antropofágico” recuperava a crença indígena: os índios antropófagos comiam o inimigo, supondo que assim estavam assimilando suas qualidades.

A crença indígena está comentada abaixo numa frase totalmente correta quanto ao emprego do acento indicativo de crase. Assinale-a.

- A) À medida que comiam seus inimigos, os índios assumiam à certeza de seu aprimoramento.
- B) Os antropófagos não comiam seus inimigos à guisa de uma assimilação à esmo.
- C) Supor essa assimilação era, às vezes, tratar seus inimigos à ferro e fogo.
- D) Somente à partir de uma atitude canibal se justificaria o incentivo à antropofagia.
- E) Cabia às tribos propagar que as qualidades dos inimigos seriam assimiladas pela antropofagia.

*** Conhecimentos de Informática *****Questão 16**

No Windows XP, ao clicarmos com o botão direito do mouse sobre a barra de tarefas e, em seguida, escolhermos a Opção propriedades, será apresentada a janela "propriedades da barra de tarefas" em que poderemos

- A) personalizar o menu iniciar.
- B) criar um novo documento.
- C) localizar uma páginas WEB.
- D) criar uma nova partição no disco.
- E) editar o Registro.

Questão 17

No Microsoft Word, a tecla de função F7 ativa a ferramenta

- A) classificar.
- B) formatar Parágrafo.
- C) traduzir texto para outro idioma.
- D) verificar ortografia.
- E) salvar em formato pdf.

Questão 18

Os _____ podem, se utilizados, adicionar funcionalidade a uma página WEB.

Marque a opção que completa a lacuna na afirmativa acima.

- A) Compiladores
- B) Worms
- C) Pendrives
- D) ActiveX
- E) Logins

Questão 19

Que recurso do sistema Operacional Windows permite desligar o computador, salvando os programas em execução, sem perder as informações que não foram salvas?

- A) Particionador de disco.
- B) Placa Ethernet.
- C) Hibernar.
- D) Protocolo TCP/IP.
- E) Banco de dados.

Questão 20

O _____ permite ao usuário alterar as configurações do sistema.

Marque a opção que completa a lacuna na afirmativa acima.

- A) SATA
- B) Editor gráfico
- C) Editor de Registro
- D) Shell
- E) Criptografia

*** Legislação relacionada ao MDIC *****Questão 21**

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Quanto à composição, funcionamento e competências desse Conselho, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Dentre as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social está a de produzir indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social.
- B) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é integrado, entre outros, pelos Ministros de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, de Estado da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; da Pesca e Aquicultura; e Presidente do Banco Central do Brasil.
- C) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é integrado, entre outros, por noventa cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, todos designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução.
- D) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social poderá instituir, simultaneamente, até nove comissões de trabalho, de caráter temporário, destinadas ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, a ser submetidos à sua composição plenária, podendo requisitar, em caráter transitório, sem prejuízo dos direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, servidores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, necessários aos seus trabalhos.
- E) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social será presidido pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. A participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social será considerada função relevante e remunerada.

Questão 22

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem a estrutura organizacional concebida entre órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares e órgãos colegiados e autarquias e empresas públicas. Marque a alternativa INCORRETA quanto à organização desse Ministério.

- A) Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE.
- B) Autarquias: Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND; Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.
- C) Autarquias: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
- D) Empresa pública: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- E) Sociedade de economia mista: Banco do Brasil S.A.

Questão 23

Dentre as competências do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, enquanto órgão da administração direta do Poder Executivo Federal, marque a alternativa correta.

- A) Regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior, aplicação dos mecanismos de defesa comercial e de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.
- B) Participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior e de mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos.
- C) Formulação da política de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato e de classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior.
- D) Formulação das políticas públicas de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, de metrologia, normalização e qualidade industrial e de execução das atividades de registro do comércio.
- E) Negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais e identificar e consolidar demandas que visem ao desenvolvimento da produção do setor industrial.

Questão 24

Na estrutura administrativa Federal, há o escalonamento de órgãos e cargos e funções administrativas, sendo que cada Ministério tem suas competências definidas em lei. Dessa forma, identifique a alternativa correta que relacione o Ministério e seus órgãos específicos.

- A) Integram os órgãos específicos da estrutura básica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Conselho Nacional de Política Agrícola, o Conselho Deliberativo da Política do Açúcar, a Comissão Especial de Recursos, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o Instituto Nacional de Meteorologia.
- B) Integram a estrutura administrativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação.
- C) Integram os órgãos específicos da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Metrologia, o Conselho Deliberativo da Política do Café e o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação.
- D) Integram a estrutura administrativa do Ministério da Fazenda, o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Nacional de Política Fazendária, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e Fechada de Capitalização, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, o Comitê Brasileiro de Sinais, o Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional.
- E) Integram os órgãos específicos da estrutura básica do Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Política Agrícola e de Pecuária, o Conselho Deliberativo da Política do Açúcar e Alcool, a Comissão Especial de Recursos Hídricos, a Comissão Executiva do Cacaú, o Instituto Nacional de Meteorologia.

Questão 25

O Decreto Presidencial 6.209/2007 estrutura de forma regimental os cargos e funções do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com seus respectivos órgãos específicos singulares e competências, tais como:

A) Cabe ao Departamento de Competitividade Industrial: articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e agentes da área governamental, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas, de ensino e pesquisa e de demais setores sociais envolvidos nas questões temáticas voltadas para o aumento da competitividade e produtividade industrial; promover o desenvolvimento da “marca Brasil” nos setores produtivos do País, inclusive no setor de turismo; formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento da produção do setor industrial; identificar e consolidar demandas que visem ao desenvolvimento da produção do setor industrial; analisar e propor medidas para a superação de entraves dos possíveis investimentos no setor produtivo, público e privado, nacional e internacional.

B) Cabe ao Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte: promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos dos setores de indústrias de equipamentos de transporte, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo nacional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério; propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores de indústrias de equipamentos de transporte; promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País; propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores produtivos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais; apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores de indústrias de equipamentos de transporte.

C) Cabe a Secretaria de Comércio Exterior: formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação; - propor medidas de políticas fiscal e cambial, de financiamento, de recuperação de créditos à exportação, de seguro, de transportes e fretes e de promoção comercial; implementar os mecanismos de defesa comercial; desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior e estabelecer normas e procedimentos necessários à sua implementação; implementar diretrizes setoriais de comércio exterior e decisões provenientes de acordos internacionais e de legislação nacional referentes à comercialização de produtos; coordenar, no âmbito do Ministério, ações sobre o Acordo de Facilitação ao Comércio em curso junto à Organização Mundial do Comércio, e participar de eventos nacionais e internacionais.

D) Compete ao Departamento de Articulação Tecnológica: estruturar e conduzir ações de articulação com os estados e órgãos federais de políticas regionais, bem como instituições privadas representativas, no que tange aos aspectos tecnológicos, buscando o desenvolvimento de políticas estaduais e regionais de cunho tecnológico-industrial; desenvolver e conduzir políticas e estratégias para a agregação da variável tecnológica, na estruturação e implantação de novos pólos industriais e de exportação; promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em capital e tecnologia para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País; propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores intensivos em capital e tecnologia; apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em capital e tecnologia; articular-se com entidades públicas governamentais, entidades sindicais e empresariais para o equacionamento do impacto da tecnologia sobre as relações capital-trabalho, emprego, educação e capacitação dos trabalhadores.

E) Compete ao Departamento de Defesa Comercial: examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações e revisões de "dumping", de subsídios e de salvaguardas, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais, com vistas à defesa da produção doméstica; propor a abertura e conduzir investigações e revisões, mediante processo administrativo, sobre a aplicação de medidas "antidumping", compensatórias e de salvaguardas, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais; propor a aplicação de medidas "antidumping", compensatórias e de salvaguardas, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais; propor a regulamentação dos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial; acompanhar e participar dos procedimentos de solução de controvérsias referentes a medidas de defesa comercial, no âmbito multilateral, regional e bilateral, bem como formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição de proposta brasileira; e acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por terceiros países contra as exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com outros órgãos governamentais e o setor privado.

*** Ética no Serviço Público *****Questão 26**

Entre as assertivas abaixo, marque a que não corresponde aos primados maiores que devem nortear o servidor público.

- A) Dignidade.
- B) Zelo.
- C) Consciência dos princípios morais.
- D) Respeito à hierarquia.
- E) Decoro.

Questão 27

Marque a alternativa incorreta consoante o Decreto nº 1171, de 1994.

- A) A função pública deve ser tida como exercício profissional, mas não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- B) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.
- C) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- D) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio; por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência do fator de legalidade.
- E) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

Questão 28

O Decreto nº 6.029, de 01/02/2007, institui o Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal. A partir desse texto, marque a assertiva que não corresponde à competência do referido Sistema.

- A) Integrar os órgãos, programas e ações relacionadas com a ética pública.
- B) Contribuir para a implementação de políticas públicas tendo a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais para o exercício de gestão da ética pública.
- C) Indicar aumento salarial para os servidores lotados na referida Comissão.
- D) Promover, com apoio dos segmentos pertinentes, a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e de gestão relativos à ética pública.
- E) Articular ações com vista a estabelecer e a efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública do Estado brasileiro.

Questão 29

Marque a alternativa correta, nos termos do Decreto nº 1171/1994.

- A) A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina e não são obrigações do servidor público.
- B) Causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado.
- C) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, mas poderá fazê-lo, se contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- D) Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.
- E) Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação. Entretanto, se for para trazer lucro ao Estado, poderá.

Questão 30

Marque a alternativa que não corresponde aos deveres fundamentais do servidor público.

- A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.
- B) Ser cortês, mas não ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.
- C) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem-comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- D) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- E) Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações morais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

*** Conhecimentos de Direito e Legislação *****Questão 31**

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê, em seu artigo 37, os chamados princípios constitucionais explícitos da administração pública. Assim é correto afirmar que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios explícitos:

- A) supremacia do interesse público, autotutela, indisponibilidade, continuidade dos serviços públicos.
- B) segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência.
- C) legalidade, impessoalidade, moralidade, continuidade dos serviços públicos.
- D) legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência.
- E) supremacia do interesse público, legalidade, impessoalidade, moralidade.

Questão 32

Conceitua-se como contrato administrativo o ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular, regulado basicamente pelo direito público, e tendo por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza interesse público. Assim, é correto dizer que o contrato administrativo tem como características

- A) formalismo, comutatividade, confiança recíproca (intuito personae), bilateralidade.
- B) comutatividade, confiança recíproca (intuito personae), bilateralidade, imperatividade.
- C) confiança recíproca (intuito personae), bilateralidade, presunção de legitimidade.
- D) formalismo, comutatividade, confiança recíproca (intuito personae), autoexecutoriedade.
- E) bilateralidade, presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade.

Questão 33

A lei nº 8112/90 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Segundo essa lei, são requisitos básicos para investidura em cargo público, EXCETO,

- A) a nacionalidade brasileira.
- B) a quitação, para ambos os sexos, com as obrigações militares e eleitorais.
- C) o gozo dos direitos políticos.
- D) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- E) aptidão física e mental.

Questão 34

Para os efeitos da Lei nº 8112/90, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, as quais devem ser cometidas a um servidor. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. Com relação a cargos públicos é correto afirmar que

- A) às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 30% (trinta) das vagas oferecidas em concurso.
- B) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais não poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, salvo exceções previstas em Lei.
- C) o provimento dos cargos públicos far-se-á mediante lei da autoridade competente de cada Poder.
- D) o provimento em cargo público ocorrerá com a posse.
- E) as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Questão 35

A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei. Com relação à posse é INCORRETO afirmar o seguinte:

- A) a posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- B) só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- C) a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 a requerimento do interessado.
- D) no ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- E) será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias.

Questão 36

De acordo com a lei nº 8666/93, é correto afirmar que a licitação é inexigível

- A)** para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- B)** quando for para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- C)** nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- D)** nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- E)** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

Questão 37

A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido no Decreto nº 5420/05. Subordinam-se ao disposto nesse Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União. Assim, sobre pregão eletrônico, é correto afirmar que

- A)** para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o melhor técnica, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.
- B)** o pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.
- C)** a licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, contudo é considerado por sua especificação desvinculado ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.
- D)** a licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- E)** os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesse Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet, mediante requerimento a autoridade competente.

Questão 38

O Decreto nº 6170/07 regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Nesse sentido, é correto afirmar que

- A)** é permitida a celebração de convênios e contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- B)** as entidades privadas com ou sem fins lucrativos que pretendam celebrar convênio ou contrato de repasse com órgãos e entidades da administração pública federal deverão realizar cadastro prévio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV –, conforme normas do órgão central do sistema.
- C)** é vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- D)** a celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos deverá ser obrigatoriamente precedida de chamamento público, a critério do órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
- E)** poderá ser dada publicidade ao chamamento público, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente, bem como no Portal dos Convênios.

Questão 39

A lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Sobre o processo administrativo, é INCORRETO afirmar que

- A) os preceitos dessa Lei não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- B) a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- C) os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- D) os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
- E) o órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

Questão 40

As atividades de instrução destinadas a averiguar e a comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias. Quanto à instrução do processo, é correto afirmar que

- A) os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para a administração visto que o administrado poderá vir a pagar custas.
- B) quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral ou particular, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.
- C) os órgãos e entidades administrativas não poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.
- D) são inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- E) mesmo que necessária à instrução do processo, não poderá haver audiência de outros órgãos ou entidades administrativas em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes.

Questão 41

Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. Quanto aos recursos administrativos é INCORRETO afirmar que

- A) o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- B) se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
- C) o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- D) salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- E) a interposição de recurso administrativo depende de caução.

Questão 42

Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Com relação a improbidade administrativa prevista na lei nº 8429/92, é INCORRETO afirmar que

- A) a autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades legais. Contudo, a rejeição não impede a representação ao Ministério Público.
- B) atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, tratando-se de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, tratando-se de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.
- C) havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- D) a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
- E) a representação, que somente poderá ser escrita, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

Questão 43

Com relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, estipulados pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- A) não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, na forma da Constituição.
- B) a lei penal não retroagirá, mesmo para beneficiar o réu.
- C) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, desde esgotada a via administrativa.
- D) o Estado promoverá, na forma de lei complementar, a defesa do consumidor.
- E) a média propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Questão 44

A Constituição da República garante, quando dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, aos reconhecidamente pobres, os seguintes direitos:

- A) isenção de registro de nascimento.
- B) gratuidade na obtenção da certidão de óbito.
- C) isenção de serviço militar obrigatório.
- D) gratuidade de educação de nível superior pública ou privada.
- E) gratuidade de plano de saúde, na forma de lei complementar.

Questão 45

Com relação aos entes autônomos, nos termos da Constituição da República, é correto afirmar que são a

- A) União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- B) União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios.
- C) União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- D) União, os Estados, os Territórios e os Municípios.
- E) União, os Estados e o Distrito Federal.

Questão 46

No tocante ao instrumento legal competente para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, na forma determinada pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que é a

- A) lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual.
- B) lei complementar estadual, dentro do período determinado por Lei Federal.
- C) medida provisória estadual, dentro do período determinado por Lei Federal.
- D) lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual.
- E) lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.

Questão 47

No tocante a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, na forma como determina a Constituição da República de 1988, é correto afirmar que o Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão

- A) do Supremo Tribunal Federal.
- B) do Tribunal Superior Eleitoral.
- C) do Congresso Nacional.
- D) do Senado Federal.
- E) da Câmara dos Deputados.

Questão 48

No que se refere ao impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, na forma como determina a Constituição da República de 1988, é correto afirmar que em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência

- A) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Tribunal Superior Eleitoral.
- C) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Superior Tribunal de Justiça.
- D) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- E) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.

Questão 49

Com relação à composição do Senado Federal, nos termos da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- A)** cada Estado elegerá três Senadores e o Distrito Federal elegerá dois Senadores, com mandato de oito anos.
- B)** cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- C)** cada Estado, Território e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.
- D)** cada Estado elegerá dois Senadores e o Distrito Federal elegerá três Senadores, com mandato de oito anos.
- E)** cada Estado, Território e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

Questão 50

Com relação ao processo de emendas à Constituição, é correto afirmar que

- A)** a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quartos dos votos dos respectivos membros.
- B)** a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- C)** a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- D)** a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- E)** a matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.